

Sobressalto inútil

Os jornalistas mais experientes detectaram de imediato: a longa reunião do presidente da República, Itamar Franco, com o ministro da Fazenda, Ciro Gomes, realizada nesta semana e que concluiu sem anúncio oficial de medida alguma, não foi dedicada a amenidades. Longe do Planalto, alguns editores apelaram a seus repórteres: "Tratem de conseguir informações sobre os bastidores da audiência, pois elas devem ser interessantes". O resultado efetivo e prático da conversa entre o chefe do Governo e seu ministro foi divulgado na quinta-feira e publicado pelos jornais em sua edição de ontem: através de portaria do Banco Central, a equipe econômica tratava de amenizar o impacto das medidas de contenção do consumo, anunciadas uma semana antes.

Aos observadores mais atentos ficou evidente que o presidente Itamar Franco fez valer, além da autoridade do cargo, o peso do bom senso e da experiência política respaldados pelos argumentos fornecidos por amplos segmentos da sociedade, veiculados através da imprensa sobre as tonitroantes manifestações de seu ministro e o ímpeto intervencionista dos tecnocratas.

O primeiro recuo no pacote contracionista veio sob a forma de revogação do recolhimento compulsório de 15% sobre as operações dos bancos estaduais com recursos de fundos oficiais, a flexibilização do crédito para a compra de carros por taxistas e as compras de linhas telefônicas, assim como a isenção do recolhimento de 15% sobre as operações de financiamento das importações, desde que os prazos dos financiamentos sejam os mesmos do pagamento ao vendedor estrangeiro. Não é preciso entrar em detalhes para perceber que estas operações estavam relacionadas com qualquer tipo de "explosão de consumo" ou manobra especulativa, pelo contrário.

A restrição aos financiamentos de linhas telefônicas apenas prejudicava a população de renda menos elevada (que ficava afastada dos serviços de telecomunicações) e as estatais do setor que têm recursos para ampliar suas redes. Pior ainda era a medida que afetava o financiamento das importa-

ções, pois as operações do gênero não são autênticos financiamentos, em geral servem apenas como garantia (dada por um banco) de que a mercadoria negociada será paga nos prazos previstos. Como o próprio Governo está empenhado em promover as importações, a fim de equilibrar a oferta e a demanda, a restrição se revelava absurdamente contraditória.

Protegidos pelo anonimato do "off", tecnocratas fornecem informações aos jornalistas mas, às vezes, mais que dados objetivos, indicam o grau de seu pensamento arbitrário e deslocado da realidade nacional. "Onde nós apertamos muito, podemos aliviar um pouco", afirmou um desses profissionais da burocracia a um jornal. Seria conveniente que soubesse que a sociedade passa muito melhor sem este tipo de serviço, que aliás faz lembrar as "torneiras" administradas pela ex-ministra Zélia Cardoso de Mello & Cia.

Outro exemplo de como o País é maior e mais complexo do que supõe nossa vã burocracia está à vista de quem se der ao trabalho de passar ao largo dos terminais de carga internacional de nossos principais aeroportos. Os armazéns estão lotados e as mercadorias retidas e se deteriorando porque a equipe econômica entendeu que bastava reduzir as alíquotas de importações para que produtos estrangeiros em abundância chegassem aos consumidores dissuadindo os remarcadores inescrupulosos. Esqueceu que, no meio do caminho, existem algumas pedras estatais. Os organismos relacionados com o desembaraço das importações não foram reforçados, pelo menos não na medida das necessidades. O resultado é que, mais uma vez, o que impede o aumento da oferta e uma maior concorrência a dissuadir os aumentos abusivos de preços é o próprio Governo. Se os vitupérios lançados ao ar derem lugar a uma ação mais seletiva. Se a intervenção oficial ceder lugar à capacidade de adaptação dos agentes econômicos — dos produtores aos consumidores —, a estabilização chegará mais rápido e sem sobressaltos.